

## A POLÍTICA INTEGRAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR

Cecília Maria Izidoro Pinto

Enfermeira. Professora. Doutora em Enfermagem. Mestre em Educação para Ciências da Saúde. Membro do Movimento Negro Unificado. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Atua na Câmara de Políticas Raciais da UFRJ. Orientadora da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da População Negra. Coordenadora da disciplina Tópicos nas Relações Étnico Raciais no Contexto da Saúde. Superintendente Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ. E-mail: cecilia.izidoro@gmail.com

É no movimento Sankofa que inicio a compreensão sobre a necessidade de uma política de saúde da população negra. Desde a ocupação europeia nas Américas, há mais de 5 séculos, a maioria absoluta das pessoas que chegaram aqui veio do continente africano. O Brasil recebeu a maior quantidade e por maior período: foram 358 anos entre os séculos XVI e meados do XIX, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. A Diáspora hoje resulta da influência exercida de um povo por suas memórias, crenças e costumes. Povos que antes não conviviam harmonicamente, reinventaram novas formas de convivência e ajuda mútua para resistir a dolorosa e feroz escravidão. A sociedade brasileira ao pensar igualdade, sustentou a ideia de que meritocracia era a forma de ascensão, onde todos nos possuímos as mesmas condições de igualdade, de oportunidades e recursos. É a ideia de que negro que não supera suas próprias condições insalubres de vida e não é capaz de criar oportunidades para si e sua família diante das adversidades, é um negro indolente e fracassado. Sua constante incapacidade, sua degradação moral e lascívia, sua limitação cognitiva foi uma tese defendida e sustentada pelo racismo científico. O racismo no Brasil se estrutura nas inúmeras dimensões das relações sociais. Mesmo com a finalização do processo de escravização, o impacto do racismo na sociedade brasileira contribui de forma direta para a discriminação e desigualdade da população negra, acarretando a não garantia de direitos essenciais a bens e serviços dispostos pelo Estado a todo cidadão. Ao falarmos sobre a saúde da população negra, precisamos analisar e compreender os caminhos que nos levam a centralidade dessa pauta dentre os movimentos sociais - e aqui destacamos o movimento negro -, até a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, criada em 2009. A Conferência Mundial contra o Racismo realizada na cidade de Durban na África do Sul em 2001 configura-se como um dos primeiros espaços mundiais para a discussão a respeito do combate ao racismo e seus impactos na sociedade mundial. Hoje novos assentamentos teóricos entram num campo de disputa e criam fronteiras mais porosas às temáticas que refletem as necessidades da sociedade em propor reflexões urgentes que nos levem a compreender os atravessamentos do racismo na saúde da população negra. O que se deve propor é uma formação multiprofissional que desafie a tradicional visão eurocêntrica do cuidado e valorize o respeito à diversidade, a identidade racial de cada usuário e nos prepare para intervir em situações de discriminação racial. Ao incorporar diferentes vozes e saberes, o conhecimento acadêmico torna-se mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua raça, etnia, origem social ou cultural. Isso contribui para o combate à discriminação e à marginalização, promovendo uma sociedade mais justa e democrática.

Descritores: População Negra, Políticas Públicas, Racismo.